



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE PATOS, PARAÍBA: EXPERIÊNCIA DIDÁTICA E REFLEXÕES

Larrissa Araújo Santos⁽¹⁾⁴; Jamyle Maria Santos de Medeiros ⁽¹⁾²; Jessika Rahaelly Freire de Oliveira⁽²⁾³, Edevaldo da Silva⁴⁽¹⁾.-

Universidade Federal de Campina grande – Pb, Campus Patos-Pb, (larrissa.araujo@hotmail.com), ~~Universidade Federal de Campina grande – PB, Campus Patos-PB~~ ~~HYPERLINK "mailto:jemyljemaria.jm@gmail"~~ ~~jemyljemaria.jm@gmail~~, ~~Universidade Federal de Campina grande – PB, Campus Patos-PB~~, ~~HYPERLINK "mailto:jessykarafha@hotmail.com"~~ ~~jessykarafha@hotmail.com~~~~jessykarafha@hotmail.com~~~~jessykarafha@hotmail.com~~.

Resumo:

A Educação Ambiental pode ser inserida nas diversas disciplinas escolares e pode ser abordada como tema transversal nos ambientes educacional. O objetivo desse trabalho é relatar uma experiência didática sobre a inserção da Educação Ambiental em uma escola de educação especial, e envolver os alunos na temática sobre os resíduos sólidos e a coleta seletiva. As atividades práticas foram realizadas no mês de novembro de 2014, pelo Programa de Ações para a Sustentabilidade Socioambiental (PASS) da Universidade Federal de Campina Grande, com 18 alunos de uma escola de educação especial localizada na cidade de Patos, Paraíba. Foram realizadas duas atividades: uma teórica sobre os resíduos sólidos e outra prática com a produção de objeto. Foi observado que os alunos foram bem participativos, atenciosos, interessados e dispostos para realizar as atividades propostas. Na abordagem sobre os resíduos sólidos, os alunos demonstraram conhecimento sobre o descarte inadequado, identificação dos coletores e os problemas causados por ele. Na produção do fantoche, os alunos tiveram bom desempenho motor e desenvolveram as atividades com êxito. Essa experiência didática contribui para um melhor conhecimento e maneira de pensar dos alunos com necessidades especiais em relação a coleta seletiva e os problemas causados pelo resíduos sólidos, além de estimular o desenvolvimento de habilidades motoras.

Palavras-chave: Atividades, Aprendizagem, APAE, Necessidades Especiais.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental pode ser inserida em várias disciplinas educacionais, e também ser abordada como tema transversal em quaisquer ambientes que educam cidadãos, pode ser praticada de várias maneiras com os alunos, tem importância para ajudar a formar cidadãos mais conscientes, e dessa forma, favorecer a discussão e colaboração para uma aprendizagem mais expressiva (PEREIRA; GIBBON, 2014).

Diante dos grandes problemas socioambientais atuais, é necessário que o ser humano busque remediá-los por meio de ações e hábitos mais sustentáveis. A Educação Ambiental pode auxiliar os cidadãos na promoção de resolução dos problemas, e buscar as alternativas para mudar a realidade (PEREIRA; GIBBON, 2014).

Dessa forma, o ensino de Educação Ambiental é indispensável, podendo relacionada com os diversos aspectos políticos e sociais e contribuir para o estabelecimento de uma relação harmoniosa entre o ser humano e a natureza, e assim promover a sobrevivência com mais dignidade (REIGOTA, 2009).

As oficinas didáticas são utilizada como uma forma de transmitir conhecimento, pode ser empregada como uma maneira de mudar o modo tradicional de educar para estimular o pensamento de agir e refletir, são utilizadas também para transmitir e vivenciar momentos para sentir, pois na prática das atividades haverá momentos de construção e produção de conhecimentos teóricos e práticos, apresentam ainda a finalidade de produzir e executar as atividades em grupo, proporcionando assim a produção e transição coletiva de saberes (PAVIANI; FONTANA, 2009).

Foi apenas a partir da última década que percebemos a necessidade de inserir a educação para alunos com deficiências especiais, isso foi proposto porque algumas pessoas com necessidades especiais podem se inserir normalmente na sociedade, essa nova maneira de pensar, teve como matriz as políticas filosóficas e científicas da Educação Especial, e essa ideia tornou-se mais forte no Brasil devido ao processo de redemocratização que resultou em uma vasta modificação nas políticas públicas (GLAT; FERNANDO, 2005).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Os princípios do Decreto de nº 7.611 de novembro de 2011, define as questões sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. Em seu o artigo 1º institui que o Estado seguirá as seguintes diretrizes principais em relação a Educação Especial:

“I - garantir o ensino da Educação Inclusiva em todos os níveis, sem distinção e discriminação, com respeito e igualdade; II - Educação para toda vida; III - sem exclusão em qualquer instituição de ensino que alegue deficiência e IV - o poder público tem o dever de apoiar as instituições sem fins lucrativos e que tenham ações exclusivas em Educação Especial” (BRASIL, 2012, p. 454).

As pessoas com necessidades especiais são vistas pela população como dignas de cuidados e são restritas a várias oportunidades que poderiam desfrutar normalmente, e mesmo com o desenvolvimento de programas sociais que incentivam o convívio social, ainda preferem a opção de se fechar para sociedade e dessa forma restringir uma melhor qualidade de vida (CARDOSO; REGASSON; MAYER, 2014). É necessário que as pessoas se conscientizem e percebam que uma pessoa que apresenta algum tipo de deficiência pode fazer o que uma pessoa normal faz no seu dia-a-dia.

O atendimento educacional para pessoas com necessidades especiais, e utilizado para promover o desenvolvimento e a superação de seus limites intelectuais, visto que, esse tipo de deficiência não depende de suportes externos - mas sim - de uma atitude que automatize a aprendizagem para o acesso e assimilação ativa para o saber, já que a deficiência intelectual limita a interação da pessoa com determinadas formas físicas como: cor, tamanho e forma do objeto, com a inclusão da Educação Especializada o aluno vai poder sair de uma posição de não saber, para um saber que lhe é próprio (GOMES et al., 2007).

Para Carvalho (2013) inserir a Educação Especial é uma tarefa difícil, porque para desenvolver a inclusão nas escolas e necessário compor um desafio de várias dimensões, nas quais toma o lugar a ordem jurídica, observa-se também, a rejeição e o desrespeito à hierarquia das leis, como ocorre entre resoluções nacionais e leis que as orientam, sobre o sentido da legislação e das políticas educacionais, podemos superar para formar a efetividade do processo de Educação Especial e Inclusiva.

Vilela-Ribeiro; Benite; Lima-Ribeiro (2011), concorda com Carvalho (2013) quando fala que, “A exclusão tem predominado sobre a inclusão, e embora muito se fale em incluir, as escolas



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ainda não sabem como fazer isso”. Em seu trabalho ele afirma que ocorreu o crescimento satisfatório na Educação Especial, e o que prova esse feito é o número de trabalhos publicados atualmente, embora tenha sido nos anos 90 o auge da discussão sobre a Educação Especial.

Leonel; Leonardo (2014), apontam que é importante a capacitação dos profissionais, pois é fundamental que o professor assuma sua função de mediador, isso é fundamental no processo ensino-aprendizagem, outro ponto forte é que as instituições devem buscar ser mais desenvolvidas, isso é útil para dar oportunidade e condições para os especiais superarem as dificuldades apresentadas no seu processo de desenvolvimento, outros fatores importantes são os recursos utilizados, pois é o uso do material que vai proporcionar a diferença entre aprender e não aprender.

O ensino relacionado à Educação Ambiental para alunos especiais é carente no Brasil. O objetivo desse trabalho é relatar uma experiência didática sobre a inserção da Educação Ambiental em uma escola de educação especial, e envolver os alunos na temática sobre os resíduos sólidos.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada, em novembro de 2014, pelo Programa de Extensão intitulado Ações para a Sustentabilidade Socioambiental (Programa PASS) da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Patos, Paraíba, na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE da cidade de Patos, Paraíba. A APAE atua no atendimento das pessoas com deficiências intelectuais e motoras, opera também nos serviços de prevenção, práticas de inclusão, produção e difusão de conhecimento para toda a sociedade. Ela atende aproximadamente há 50 alunos.

A vivência didática foi dividida nas seguintes etapas: Primeiramente recebendo os alunos pela manhã e conhecemos cada um deles. A abordagem foi importante para que os alunos interagissem com os participantes. Em seguida conduzimos os 18 alunos para a sala onde foi realizada a apresentação sobre o tema lixo e a atividade prática (oficina). A apresentação sobre o lixo envolvia informações sobre resíduos sólidos, a problemática do lixo e a importância da reutilização de objetos que seriam descartados de maneira inadequada no meio ambiente.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Após o término da apresentação, fizemos a demonstração de como seria produzido o boneco de Fantoche feito de folhas A4 reutilizadas, com o auxílio de, cola, papel laminado e lápis hidracor desenvolvemos a oficina com os alunos. Para melhorar o desempenho deles, ajudamos na confecção dos objetos. Os papéis A4 foram coletadas pela equipe do programa PASS na Universidade Federal de Campina grande como campanha para reutilização. As práticas foram desenvolvidas em 2 horas e 30 minutos.

A experiência didática foi avaliada de forma qualitativa, durante a sua realização, analisando aspectos relacionados ao envolvimento e atenção a abordagem do tema, motivação, desenvolvimento do objeto, observando a adequação dos materiais selecionados para as habilidades motoras/intelectuais dos alunos e a emotividade e dedicação para a realização da prática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante toda as atividades desenvolvidas, os alunos participaram demonstrando interesse e disposição. No decorrer da apresentação sobre o “lixo”, os alunos se mostraram atenciosos e motivados em discutir sobre o tema (Figura 1). Houve a participação dialógica de alguns alunos, exemplificando atitudes percebidas no seu cotidiano em relação ao lixo jogado nas ruas de maneira inadequada e repudiaram esse tipo de atitude.



Figura 1. Momento da apresentação sobre os resíduos.

A coleta seletiva era conhecida pelos alunos, algum deles responderam corretamente a identificação de cada coletor e seus respectivos resíduos (papel, plástico, metal e vidro). Outro ponto importante é que um deles respondeu de que forma os resíduos poderiam ser reaproveitados, recordando de um exemplo da reutilização do pneu na produção de jarros florísticos.

Na vivência prática, com a produção boneco de fantoche, os alunos mostraram um bom desempenho motor, prestaram atenção na orientação que foi dada e em seguida repetiram a ação com êxito (Figura 2). O interesse para confeccioná-lo foi imediato, com criatividade e determinação. No final, foi ensinado a importância de reusar os resíduos sólidos, foi demonstrado como eles iriam brincar com seus amigos. Essa prática foi útil para incentivar a socialização.

Essas práticas didáticas podem estimular os alunos a perceber os resíduos de outra maneira, adicionando ao seu olhar a alternativa de buscar reutilizá-los. Além de proporcionar maior sensibilização para a proteção do meio ambiente.



Figura 2. Momentos de confecção dos objetos.

É relevante que as instituições educacionais disponibilizem para os alunos essas atividades em seu currículo escolar, pois colaboraram com o desenvolvimento mental e motor dos alunos com



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

necessidades especiais. É importante também que a Educação Ambiental se insira nos diversos ambientes educacionais para que que sejam também educados para serem cidadãos mais conscientes em relação aos aspectos socioambientais (CAVALCANTE, 2013).

Fantacholi (2013) reitera que as atividades lúdicas podem incentivar a relação de alunos com necessidades especiais com outros alunos e incentivar a aprendizagem e a inclusão social. Para Zapparoli (2012) essas atividades são relevantes, pois, apresentam vantagens para aliviar a tenção com as situações difíceis que esses alunos sofrem no seu cotidiano.

Várias formas de atividades foram criadas com o propósito de que os alunos com deficiências especiais possam se desenvolver de maneira mais integral. Canal; Brum (2004) desenvolveram uma atividade de jogo, na APAE de Santa Maria/RS, para alunos com síndrome de Down. Ele apresentava vários níveis de dificuldade e, essa atividade indicou pontos positivos como, a velocidade de raciocínio e o desenvolvimento da coordenação motora, essas atividades estão de acordo com a necessidade do aluno e estimulam o seu desenvolvimento cerebral.

Outra atividade desenvolvida na APAE de Campina grande, Paraíba, voltado para alunos com a síndrome de Down, é a prática da educação física para colaborar no desenvolvimento do sistema psíquico, como por exemplo, na maneira de agir, nos gestos e na relação, interação e reintegração social dessas pessoas (PINTO, 2013).

Outro exemplo de vivência foi reportada por Fiuza; Junior; Smith (2013) na APAE de Santos. Eles realizaram um trabalho de arte musical com diferentes formas de som, em uma dessas foi utilizada uma bexiga com água para assim estimular o ouvir e a liberdade de expressão.

Uma prática que também é exemplo para o desenvolvimento das alunos, é o projeto Piracema, que utiliza aulas de natação e foi criado para influenciar o melhoramento motor, conhecimento do corpo e a relação sócio afetivo com outras pessoas que estão incluídas no seu ambiente educacional e pessoal (CARDOSO; REGASSON; MAYER, 2014).

Em todas pesquisas supracitadas e realizadas os alunos especiais, poderia se inserir a Educação Ambiental de forma interdisciplinar e/ou transversal, sendo incluída como prática didática diária do educador.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade atuam em múltiplas abordagens, trabalha mostrando a importância e a necessidade de se abordar alguns temas, como por exemplo Educação



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Ambienta (GÜNTHER; ELALI; PINHEIRO, 2004). Para Wilk (2000), a interdisciplinaridade pode ser considerada como o conhecimento de um determinado assunto que possa ser aplicado em duas disciplinas, já em relação a transdisciplinaridade resultara num conhecimento mais aprofundado capaz de ultrapassar barreiras entre das disciplinas.

As atividades em Educação Ambiental, tais como as realizadas por Bisognin (2015) com alunos da cidade de Panambi-RS, sobre os resíduos sólidos, pode envolver o desenvolvimento motor, com movimentos corporais, além do ensino aprendizagem, tais como o conhecimento das cores e a contagem numérica.

As atividades irão contribuir também para o conhecimento e percepção dos alunos sobre a diferença do que é lixo e o que é resíduo. O rejeito é considerado aqueles resíduos que depois de esgotar todas as possibilidades de tratamento e processos industriais, não apresentam outra possibilidade que não seja ser descartado no ambiente adequado, já o resíduo é tudo material que mesmo sendo usado apresenta uma forma de ser útil novamente (BRASIL, 2010).

São inúmeras as contribuições que a Educação Ambiental proporciona, mas é necessário que aja a contribuição social, para que, dessa forma ocorra o desenvolvimento sustentável durável, essas ações devem focar a mudança sobre a concepção das pessoas e dessa maneira eles poderem assimilar a autonomia social aperfeiçoando a relação homem e natureza (TÓTH, 2012).

CONCLUSÃO

O propósito de contribuir positivamente com a maneira de pensar dos alunos com deficiências motoras e psíquicas, em relação a reciclagem e a problemática do “lixo” com as práticas de estimular a criação de objetos por parte dos alunos com materiais recicláveis que poderiam ser jogados no lixo, foi realizada com êxito. Os alunos demonstraram interesse em participar, tanto na apresentação com a temática lixo, quanto na confecção do boneco fantoche. Dessa forma, a inserção do ensino de Educação Ambiental na educação especial é possível e os alunos.

REFERÊNCIAS



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

BRASIL, Pessoa Com deficiência legislação federal. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. 1ª ed. Brasília, 2012.

BRASIL, Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>. Acessado dia 16 de agosto de 2015.

BISOGNIN, S. C. Nadia. Aprendendo e Ensinando Através do Uso de Materiais Recicláveis na Educação Infantil. **Revista. Remoa**. ISSN: 22361308, p 208-214, 2015.

CANAL, P. Ana; BRUM, G. Carla. Interfaces para um Jogo Multimídia Direcionado a Portadores de Síndrome de Down. **CBComp**. p 646-648, 2004.

CARDOSO, A. A. Stephanie; REGASSON, L. Vanusa; MAYER, M. Sandra. Efeitos de atividades lúdicas em meio líquido em pessoas com deficiência – projeto piracema/ UNISC. **Revista Científica JOPEF**. v.17, n 1, 2014.

CARVALHO, S. N. Erenice. Educação especial e inclusiva no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Educação Especial**. v. 26, n. 46, p. 261-276, 2013.

FANTACHOLI, N. Fabiane. Crianças com necessidades educacionais especiais na educação infantil: Uma perspectiva histórico-cultural. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**. v. 4, n 1, 2013.

FIUZA, L. Denise; JUNIOR, O. Walmir; SMITH, Maristela. Educação musical sob conceitos musicoterápicos: relatos e reflexões sobre o trabalho musical realizado na APAE de santos com redirecionamento ao ensino regular. **Rev. do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**. v.4, p. 123 - 139, 2013.

GLAT, Rosana; FERNANDES, M. Edicléa. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revs. Inclusão**, n 1, 2005.

GOMES, L. L. Adriana; FERNANDES, C, Anna. BATISTA, M. A. Cristina. Atendimento educacional especializado. p. 22, 2007.

<http://aapaeapaepatospb.blogspot.com.br/>. Acessado em 27 de Julho de 2015.

<http://www.patos.pb.gov.br/noticias/apae-a104.html> . Acessado em 27 de Julho de 2015.

LEONEL, S. H. Waléria; LEONARDO, T. S. Nilza. Concepções de professores da educação especial (APAEs) sobre a aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual: um estudo a partir da teoria vigotskiana. **Rev. bras. educ. especial**. v.20, n.4, 2014.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PAVIANI, S. M. Neires; FONTANA, M. Niura. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. **Revista Conjectura**, v. 14, n. 2, p. 77-88, 2009.

PEREIRA, A. Vilmar; GIBBON, A. Caroline. A educação ambiental no ensino: investigando as abordagens, percepções e desafios na realidade de uma escola pública em Rio Grande (RS). **Revbea**, v. 9, n 2, p 376-394, 2014.

PINTO, M. Stefânia. A educação física como promoção do desenvolvimento psicomotor em crianças portadoras da síndrome de down. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**. v. 11, n 37, 2013.

REIGOTA, M. O que é educação ambiental. São Paulo: Brasiliense, 2009.

TÓTH, Mariann. Desafios da participação social no contexto do Desenvolvimento Sustentável: as contribuições da Educomunicação e da atuação em redes sociais. 2012.

VILELA-RIBEIRO, B. Eveline; BENITE, C. M. Anna; LIMA-RIBEIRO S. Matheus. Análise cienciométrica em Educação Especial: tendências e importância nos últimos 60 anos. **Rev. Educ. Especial**. v. 24, n. 40, p. 285-304, 2011.

WILK, R. Being transdisciplinary. 2000.

ZAPPAROLI, Kelem. Estratégias lúdicas da criança com deficiência. Rio de Janeiro Editora, 2012.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO